

CÂMARA LEGISLATIVA DO DF
Biblioteca

DOCTRINA, PARECERES E ATUALIDADES

ENCERRAMENTO DE EXERCÍCIO E PRESTAÇÃO DE CONTAS DO MUNICÍPIO (Flavio Corrêa de Toledo Junior) 77

A COMPETÊNCIA DO MUNICÍPIO E O ALCANCE DA LOCUÇÃO "INTERESSE LOCAL" (Lair da Silva Loureiro Filho) 85

A SISTEMÁTICA DO ISSQN FIXO E SUA APLICABILIDADE NOS SERVIÇOS DE REGISTROS PÚBLICOS E NOTARIAIS (Adalmo Oliveira dos Santos Junior) 94

ASPECTOS HISTÓRICOS DOS DIREITOS HUMANOS E AFIRMAÇÃO DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NO BRASIL (Devildo Rocha Pereira) 102

QUESTÕES PRÁTICAS

DOAÇÃO – Recebimento de bem imóvel de propriedade particular – Análise da conveniência e interesse público antes da aceitação do bem doado – Autorização legislativa nos casos de doação com encargo, salvo existência de legislação local em sentido contrário – Desnecessidade de procedimento licitatório 111

SERVIDOR PÚBLICO ESTÁVEL – Aprovação em concurso público no mesmo ente e no mesmo órgão – Cargo de atribuições idênticas ao ocupado anteriormente – Submissão a novo período de estágio probatório – Remuneração – Matriz remuneratória correspondente àquela dos servidores não estáveis 112

JURISPRUDÊNCIA E DECISÕES DOS TRIBUNAIS DE CONTAS

DEMISSÃO – Servidor público – Pretensa anulação da pena aplicada em segundo PAD – Alegação de *bis in idem* em relação ao PAD anterior em que restou imputada pena de repreensão – Não cabimento – Fatos diversos – Conduta diferenciada e de maior gravidade analisada no procedimento seguinte – Decisão que respeitou a teoria dos motivos determinantes – Valoração de fatos, indícios e provas feita dentro da lógica pela Administração – Inexistência de abuso ou excesso no *decisum* (TJPR) 115

CONTROLE DE POLÍTICAS PÚBLICAS E EFETIVAÇÃO DE DIREITOS SOCIAIS – Intervenção do Judiciário – Não ocorrência de violação ao princípio da separação de Poderes – Famílias residentes em área de risco – Falta de infraestrutura agravada por chuvas torrenciais – Omissão do ente público na defesa da incolumidade, segurança, saúde e vida dos munícipes – Degradação do meio ambiente

– Argumentação da reserva do possível e limitação orçamentária que não se sustentam – Remoção das famílias e reflorestamento da área ocupada que se impõem – Não cabimento de indenização por danos materiais e morais – Fixação de *astreintes* para o caso de descumprimento da decisão judicial (TJRJ) 122

SERVIDOR PÚBLICO – Operador de máquina – Doença ocupacional equiparada a acidente de trabalho – Danos provocados por patologia que foi ocasionada ou agravada pela atividade laborativa – Perda auditiva bilateral, degeneração discal e hérnias discas lombares – Inexistência de comprovação da entrega de EPIs adequados ao trabalhador – Laudo pericial – Incapacidade laborativa definitiva para a função desempenhada – Responsabilidade civil subjetiva do Município – Indenização por danos morais – *Quantum* reduzido – Reparação por danos materiais – Despesas futuras que o enfermo venha a suportar em razão da doença – Percepção de pensão mensal vitalícia – Não cabimento – Possibilidade de readaptação para o exercício de outras atividades leves – Pagamento de adicional de insalubridade no grau médio – Legalidade – Previsão na legislação da Urbe – Exclusão das parcelas atingidas pela prescrição (TJSC) 128

MEIO AMBIENTE – Município – Manutenção de lixo – Graves consequências de ordem ambiental e de saúde pública – Autuação pelo Ibama – Inexistência de adequado gerenciamento dos resíduos sólidos – Interposição de ação civil pública – Determinação para a implantação de aterro sanitário, com a recuperação da área degradada – Alegada falta de previsão orçamentária pela Urbe – Não cabimento – Majoração para um ano dos prazos fixados na sentença para cumprimento da obrigação de fazer – Comuna que já providenciou a celebração de convênio com a Funasa e a realização de procedimento licitatório para elaboração dos planos – Cominação de *astreintes* diretamente ao Prefeito – Ausência de previsão legal – Imposição da multa diária à Administração Pública (TRF5ªR) 144

PREGÃO PRESENCIAL – Recarga e reposição de extintores de incêndio aos órgãos do Município – Empresa vencedora cujo sócio-administrador é sobrinho do Prefeito – Inadmissibilidade – Aplicação analógica da vedação de participação indireta prevista no § 3º do art. 9º da Lei nº 8.666/1993 – Nepotismo – Inteligência da Súmula Vinculante nº 13/STF – Penalização do Alcaide – Pagamento de multa – Ausência, entretanto, de afronta à competitividade – Equipe de apoio com dois servidores – Inexistência de irregularidade (TCPR) 150